

**O MISSAL ROMANO DA *TYPOGRAPHIA REGIA* E SUAS  
GRAVURAS: PRODUÇÃO, PRIVILÉGIOS DE IMPRESSÃO E  
INFLUÊNCIAS ARTÍSTICAS**

**THE *MISSALE ROMANUM* OF THE *TYPOGRAPHIA REGIA*  
AND ITS ENGRAVINGS: PRODUCTION, PRIVILEGES AND  
ARTISTIC INFLUENCES**

**Camila Fernandes Guimarães Santiago**

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil  
Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil  
e-mail: cfigsantiago@yahoo.com.br

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i11.11005>

Recebido em 02 de outubro de 2017

Aprovado em 29 de dezembro de 2017

**RESUMO**

A historiografia da arte relativa à capitania das Minas Gerais, desde a década de 1930, aponta a relevância especial dos missais portugueses, editados pela Imprensa Régia, como fontes de modelos gravados para os pintores. O presente artigo objetiva reacender esse debate, deslocando-o do tradicional eixo interpretativo iconográfico e formal, ou seja, não enfatiza a análise das apropriações das gravuras portuguesas pelos pintores mineiros. Objetiva, diferentemente, compreender o processo de produção desses modelos em Lisboa tendo em vista as políticas econômicas adotadas em Portugal, na segunda metade do século XVIII, com vistas a favorecer e proteger a incipiente industrialização lusitana, substituindo importações. O enfoque recai sobre o estudo da produção dos livros e suas estampas, as concessões de privilégios de impressão aos lusitanos e a proibição de importação de missais estrangeiros, medidas tomadas desde a década de 1760. Conclui-se que essas investidas protecionistas tiveram como consequência o predomínio desses livros no mercado de missais na capitania das Minas, o que interferiu, por sua vez, no universo de insinuações artísticas europeias ali disponíveis, uma vez que suas estampas apresentavam pendores classicizantes, de origem italiana.

**Palavras-Chave:** *Missale Romanum*; gravuras; privilégios de impressão

**ABSTRACT**

Since the thirties, the historiography of art focused on Minas Gerais has pointed to the importance of Portuguese *Missale*, printed by Imprensa Régia Portuguesa, as source of models for painting works. My paper aims to revive this topic from a different perspective. Instead of the traditional iconographic, formal approach (focusing on the appropriation of Portuguese engravings by the painters in Minas Gerais), I attempt to understand the process of production of these models in Lisbon, taking into account the economical policy of substituting importation adopted by Portugal in the second middle of the 18<sup>th</sup> Century. In order to achieve this objective, I investigate the production of books and its engravings, as well as the prohibition of importing foreign editions of them. These measures have been taken place since 1760. I conclude that these protectionist actions resulted in the predominance of these books in the market in Minas Gerais and impacted on the

European artistic models over there, because their engravings have Classic inspiration from Italian origin.

**Keywords:** *Missale Romanum*; engravings; privilege of printing

## INTRODUÇÃO

O uso de modelos gravados durante o período moderno é tema já recorrente na historiografia da arte referente aos espaços ibero-americanos. A prática é perceptível tanto nos centros metropolitanos como no ultramar. As matrizes gravadas das pinturas produzidas na capitania, e posterior província das Minas Gerais, entre as três últimas décadas do século XVIII e as três primeiras do XIX, já foram alvo de debates acadêmicos. Em meio a imagens impressas de diversas procedências que adentraram o ambiente minerador, sejam avulsas, como os registros de santos,<sup>1</sup> ou ilustrando livros religiosos – bíblias, breviários, livros de horas e missais –, a literatura pertinente destaca como modelos as gravuras dos missais trazidos ao lume pela Impressão Régia Portuguesa. Essa tipografia foi criada em 1768, com o intuito de “animar as letras, e levantar huma Impressão útil ao público pelas suas produções, e digna da Capital destes reinos”, “respeitavel pela perfeição dos caracteres; e pela abundância, e asseio de suas impressões”<sup>2</sup>. Suas estampas foram abertas por Joaquim Carneiro da Silva (1727-1818) e seus discípulos, grupo que formava a escola de gravura anexa à *Regia Officina Typpographica*. Os missais foram impressos em 1775, sob iniciativa editorial de Francisco Gonçalves Marques e, já como edição da Impressão Régia, em 1781, 1782, 1784, 1786, 1789, 1790, 1793, 1797, 1798, 1818.<sup>3</sup> A tiragem de 1821 foi ilustrada por Francesco Bartolozzi (1725- 1825) e seus alunos, responsáveis pela escola da Impressão Régia desde 1802. Foram usadas, basicamente, as mesmas configurações iconográficas do período de Carneiro da Silva.

---

<sup>1</sup> Registos de Santos são gravuras avulsas que representam santos, invocações marianas, passagens das sagradas escrituras, episódios hagiográficos, ou seja, toda sorte de temas católicos.

<sup>2</sup> Arquivo da Imprensa Nacional – Casa da Moeda (AIN-CM). Alvará de Criação da Impressão Régia, 24/12/1768, parágrafo 14.

<sup>3</sup> A escola de Carneiro da Silva perdurou apenas até 1788. As chapas por ela abertas tiveram vida útil bem mais longa, ilustrando os missais até 1818.

A influência das gravuras dos missais da Imprensa Régia sobre as pinturas coloniais mineiras foi pioneiramente constatada por Luiz Jardim, em artigo publicado em 1939, na Revista do SPHAN. As estampas que representam a Natividade e a Ressurreição de Cristo foram divulgadas por ele, embora o pesquisador as tenha vinculado a uma edição do Missal Romano editado pela Tipografia Plantiniana. Jardim demonstra que uma das pinturas da igreja do Bom Jesus do Matozinhos, Serro, é imitação da Natividade gravada.<sup>4</sup> A questão foi revisitada, em 1944, por Hanna Levy, ocasião em que a origem das referidas gravuras foi devidamente identificada e outras pinturas coloniais foram reveladas como cópias de ilustrações desses missais.<sup>5</sup> Em 2005, a revista *Barroco* publicou um artigo que apresentava algumas pinturas mineiras modeladas nas imagens desse livro.<sup>6</sup> Em 2009, em tese do doutoramento, preocupada com os usos de impressos europeus pelos envolvidos no fazer pictórico em Minas Gerais, analisamos 36 pinturas realizadas entre 1777 e 1836, dentre as quais 12 imitam as gravuras em questão.<sup>7</sup> Pedro Queiroz Leite, em 2011, ofereceu um panorama parcial dos estudos que trataram da influência desses missais lisboetas sobre a pintura mineira.<sup>8</sup>

Os trabalhos apontados convergem ao apresentarem pinturas mineiras que imitam gravuras portuguesas dos missais, comparando-as, procedimento metodológico fundamental ao estudo iconográfico e formal da arte colonial. O presente artigo objetiva reacender esse debate deslocando-o desse eixo interpretativo, ou seja, não enfatiza a análise das apropriações das gravuras portuguesas na América Portuguesa, mas objetiva compreender o processo de produção e comercialização desses modelos, tendo em vista as políticas econômicas adotadas em Portugal na segunda metade do século XVIII, com vistas a favorecer e proteger a incipiente industrialização lusitana, substituindo importações. A produção tipográfica também foi alvo da intervenção da Coroa, como revelam a criação da Imprensa Régia, os

---

<sup>4</sup> JARDIM, Luiz. A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 3, 1939.

<sup>5</sup> LEVY, Hanna. Modelos Europeus na pintura colonial. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 8, 1944.

<sup>6</sup> BOHER, Alex. Um repertório em reinvenção. Apropriação e uso de fontes iconográficas na pintura colonial mineira. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 19, 2001-2004.

<sup>7</sup> SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *Usos e impactos de impressos europeus na configuração do universo pictórico mineiro (1777-1836)*. 350 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2009.

<sup>8</sup> LEITE, Pedro Queiroz. O missal da Regia Officina Typographica e seu legado na pintura Rococó mineira: uma refutação à influência de Bartolozzi. In: *Atas do VII encontro de História da Arte da UNICAMP*. Campinas, 2011, p. 405-406.

investimentos em seus produtos e os privilégios de impressão e comercialização de livros fornecidos aos naturais do Reino. O enfoque recai sobre o estudo das concessões de privilégios de impressão e proibição de importação do Missal Romano, medidas tomadas desde a década de 1760 e que tiveram como principal beneficiário o editor Francisco Gonçalves Marques. Com o fim do privilégio concedido a Marques, a benesse passou para a Impressão Régia. Intencionava-se, claramente, favorecer os missais lusitanos, suprimindo as importações de missais estrangeiros, sobretudo os de Antuérpia, editados pela Casa Tipográfica de Plantin, principal origem dos missais usados no mundo lusitano até então. Além do estudo minucioso dos privilégios de impressão e da proibição de importações, pretende-se tratar do processo de confecção desses livros, especialmente de suas gravuras – abertura das chapas, estampagem e influências artísticas.

### **A PRODUÇÃO TIPOGRÁFICA PORTUGUESA: PRIVILÉGIOS E CONFECÇÃO DO MISSAL ROMANO**

Ao longo da década de 60 dos setecentos, os lusitanos requereram e obtiveram privilégios de exclusividade na impressão de alguns livros católicos. Em 1764, Antonio Vicente da Silva, livreiro da Casa Real, pediu a renovação de seu privilégio de impressão do *Ripanso in 12.o*, alegando que a tiragem que anteriormente fizera do livro fora toda consumida no incêndio que sucedeu ao terremoto de 1755. Recebeu despacho favorável, prolongando seu monopólio por mais cinco anos.<sup>9</sup> Renovação do privilégio foi também demandada pelo autor das *Horas Seráficas*, Frei Manoel da Madre de Deus, que justificou o pedido alegando que os bilhetes pagos para a emissão da provisão de seu privilégio haviam sido queimados por ocasião do incêndio de 1755.<sup>10</sup> Francisca Xavier não conseguiu imediatamente o privilégio que almejava para impressão dos livrinhos de Santa Bárbara, ficando a decisão do Conselho condicionada à apresentação das licenças de impressão.<sup>11</sup> É nesse contexto que se insere a primeira investida protecionista da Coroa em relação à impressão do Missal Romano.

Em 1768, Francisco Gonçalves Marques, livreiro lisboeta, entrou com um pedido junto à Real Mesa Censória para que fosse renovado seu privilégio de impressão do Missal

---

<sup>9</sup> Instituto de Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT) – Real Mesa Censória, Cx. 179, maço 1764, despacho de 21/10/1763.

<sup>10</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 179, maço 1762, despacho de 15/06/1762.

<sup>11</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 179, maço 1768, despacho de 27/07/1768.

Romano, bem como a proibição de importação de missais estrangeiros, por mais dez anos. O referido privilégio fora-lhe concedido em 1760, e estabelecia o seguinte:

por tempo de dez annos, contados da data deste, nenhuma pessoa possa imprimir, fazer imprimir, ou mandar vir de fora impressos os Missaes, de que se trata, debaixo das penas de perdimento dos exemplares, e de duzentos mil reis pela primeira vez; do mesmo perdimento, e quatrocentos mil reis pela segunda; e do tresdobro do valor dos exemplares, e da referida segunda condemnação pecuniaria pela terceira vez, a metade para o denunciante, e a outra metade para o Hospital Real de Lisboa.<sup>12</sup>

As justificativas para a concessão do privilégio estão explícitas no texto. Primeiramente, os sacerdotes lusitanos não precisariam procurar, em diversos livros, as missas próprias do Reino, pois elas estariam em seus lugares devidos no livro português. Em seguida, argumentos tipicamente protecionistas defendiam as vantagens, para a Fazenda Real e para os naturais do Reino, da proibição de importação de missais:

à Fazenda Real augmentando-a em mais de duzentos mil reis nos direitos, que lhe pagavão o papel, vermelhão, e outros generos, que se gastavão nesta obra, os quaes não pagavão nada, vindo incluidos nas impressões de fóra; à officina, officiaes, impressores, e outros artifices, que trabalharão nesta primeira qualidade de obra, que além de se exercitarem nella, ganhárão mais de dous mil e quinhentos cruzados, que o supplicante lhes pagára, em utilidade dos naturaes, ficando estes com o dinheiro, que havia de ir para os estrangeiros, vindo de fóra feito; e ao bem comum em geral; porque os Missaes de fóra impressos em quarto, correspondente ao tamanho do supplicante, tendo tudo, e ordinariamente encadernados, se vendem os de Veneza a trez mil e duzentos reis, e de Antuerpia a quatro mil e oitocentos reis, e os do supplicante, que são muito melhores que os de Veneza, e pouco differem dos de Antuérpia, se podem vender a quatro mil reis, que era pouco mais que os de Veneza, e menos que os de Antuérpia.<sup>13</sup>

O trecho aponta os principais centros exportadores de missais para Portugal e seus domínios, Veneza e Antuérpia, e ressalta a qualidade dos livros flamengos, principais concorrentes dos missais portugueses.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 179, maço 1768 – Missal Romano com as missas novas. Cópia impressa do Privilégio de 24/11/1760.

<sup>13</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 179, maço 1768 – Missal Romano com as missas novas. Cópia impressa do Privilégio de 24/11/1760.

<sup>14</sup> Sobre a importância da Tipografia de Plantin na publicação e comercialização de livros litúrgicos, especialmente para Portugal e seus domínios cf: IMHOF, Dirk. *The Illustration of Books Published by*

Fez-se necessário renovar esse privilégio, pois, segundo Gonçalves Marques, judicialmente interpretou-se que o monopólio recaía, apenas, sobre os livros com missas específicas do Reino. Continuava, assim, a importação de missais estrangeiros:

porém Contendendosse em Juizo se interpretara, e julgara, que no privilegio senão comprehendião os Missaes em que não viessem incorporadas nos seus proprios lugares as Missas particulares deste Reyno, por cuja Cauza continuavão a vir os Missaes de fora, como vinhão antes do privilegio; ficando assim inteiramente desvanecidas as utilidades referidas na mesma Suplica<sup>15</sup>.

A decisão sobre a nova concessão ficou condicionada aos pareceres do Corregedor do Cível da cidade, João Ferreira Ribeiro, e do Procurador da Coroa, os quais indicariam a prorrogação do privilégio por mais cinco anos, amparando-se em argumentos protecionistas, expressos contundentemente. Para o Corregedor do Cível,

He bem manifesta a utilidade publica, q' rezultou da Sobred.a impreção ao mesmo Reino, comprehendida a do Regio Erario, por ocazião dos direitos, que se pagarão dos materiaes, ou generos empregados na mesma impreção, que a não se concederem as renovação, e ampliação pertendidas, deficulozam.te terá consumo com grave prejuizo dos expreçados recorrentes, alias benemeritos da Real protecção de V. Mag.e, expecialmente não se pagando direitos alguns dos livros, q' vem de fora, seg.do se fez certo nos mencionados autos, por cujo motivo me persuado, q' esta Suplica he digna de atenção<sup>16</sup>.

O Procurador da Coroa foi mais inflamado: “Parece Justo, e util deferir aos Supp.tes para o animar a elle, e a outros do mesmo officio a emprehenderem a impressão de m.tas

---

*Moretus*. Antuérpia: Museu Plantin – Moretus, 1996. SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. Circulação e usos em Minas Gerais de gravuras religiosas da oficina Plantiniana. In: THOMAS, Werner, STOLS, Eddy, KANTOR, Iris, FURTADO, Júnia (Orgs). *Um mundo sobre papel. Livros gravuras e impressos flamengos nos impérios Português e Espanhol (séculos XVI- XVIII)*. São Paulo: Edusp, 2014. Nos acervos mineiros pesquisados, foram encontrados apenas quatro missais de Veneza. Casa dos Contos, Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, fl. 76, vol. 82; Casa dos Contos, Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias fl. 70, vol. 439. Biblioteca dos Bispos – Museu da Música. E. 1, p. 2. 34; E. 2, prat. 4, 171.

<sup>15</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 179, março 1768 – Missal Romano com as missas novas. Traslado do requerimento de Francisco Gonçalves Marques.

<sup>16</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 179, março 1768 – Missal Romano com as missas novas. Parecer do Corregedor do Civil da Cidade.

outras obras, q' somos obrigados a mendigar dos Estrang.ros"<sup>17</sup>. Editor e representantes da Coroa concordam sobre a necessidade de proteger a produção portuguesa, posicionando-se energicamente contra a manutenção da dependência dos produtos de prensas estrangeiras

Alcançado seu objetivo, Francisco Gonçalves Marques exigiu medidas executivas que resguardassem seus direitos. Em 1768, pediu que a todos os livreiros estrangeiros, residentes em Lisboa, fosse lido o edital de privilégio renovado:

querem os Suplicantes não Somente que judicialmente Se fixem Edditae impressos que junto oferecem nas Esquinas e lugares publicos desta corte e Cidade mas que tudo Se intime aos mercadores de livros que forem Estrangeiros e negociantes para Se absterem de imprimir nem mandar vir de fora os referidos Missaes e quadernos na forma do privilegio e nova provizão para que a nenhum tempo possam alegar ignorancia dos ditos privilegios e Suas penas<sup>18</sup>.

Em 20 de setembro de 1768, o escrivão José da Silva Santos lavrou uma certidão de citação em que descrevia com minúcias sua atuação junto aos livreiros estrangeiros, arrolados pelo próprio suplicante, Gonçalves Marques. Silva Santos teria visitado todas as casas de comércio de livros, a maioria de mercadores franceses, e lido os editais de proibição de impressão e importação de missais. Além disso, entregou cópias dos documentos aos livreiros e fixou-os em lugares públicos da cidade.

huns lerão o Requerimento e documentos juntos e a outros lhe ly eu escrivão a petição despacho e privilegio a as duas provizões e o Edital junto e a cada hum dos Referidos entreguey hum Edital empreço como o que vay junto e a todos notefiquey e intimei o Requerimento Retro e documentos juntos declarando lhe todo o Referido na forma Requerida... e nas portas dos Tribunaes e nos de algumas Igrejas e nas praças publicas e esquinas das Ruas publicas desta Cidade e onde se Costumão afechar outros semelhantes Editae o que logo incontinente e na minha presença se juntarão muitas pessoas a ler os ditos Editae<sup>19</sup>.

Com o intuito de assegurar que missais estrangeiros não adentrassem o Reino e seus domínios, Marques encaminhou nova demanda à Coroa, referente às obras que passariam pela Alfândega e seriam encaminhadas para avaliação da Mesa Censória.

---

<sup>17</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 179, maço 1768 – Missal Romano com as missas novas. Parecer do procurador da Coroa.

<sup>18</sup> IANTT – Real Mesa Censória, maço 1769, processo de 24/4/1769.

<sup>19</sup> IANTT – Real Mesa Censória, maço 1769, processo de 24/4/1769.

agora Seachão na Alfandega muitos fardos de livros vindos de fora, que todos andevir a Real Meza Sensória p.a serem vistos, entre os quais poderão vir os referidos Missais e cadernos p.ribidos, e depois de sahirem da Revista serem ocultam.te introduzidos pello Reyno e suas conquistas...P. A. V. Mag.e lhe faça M.ce em atenção ao Real privilegio ordenar q' daqui endiente, os officiaes que forem destinados p.a a revista dos Livros, deixem ficar na caza em q' ella se fizer Suprimidos todos os Missaes e cadernos referidos<sup>20</sup>.

Os esforços de Gonçalves Marques visavam a garantir boa vendagem para a segunda edição de seu missal, impressa em 1764. Ao finalizar todo o período coberto pela renovação do privilégio, no ano de 1775, ele recorreu à Coroa, pedindo outra renovação e medidas que impedissem a entrada de livros estrangeiros concorrentes. O monopólio foi, outra vez, concedido, por decreto de 1777, por mais cinco anos.<sup>21</sup> Por decreto de D. Maria I de 26/08/1779, o monopólio da tiragem do Missal Romano ilustrado, nos mesmos termos do privilégio concedido a Marques, foi transferido para a Impressão Régia.<sup>22</sup> A análise de todo esse processo deixa clara a forte atuação de Marques e da Coroa no sentido de obstruir a importação dos missais estrangeiros, reconfigurando o mercado de recepção dos missais em Portugal e seu império, panorama favorável encontrado pela Régia Tipografia. Assim, protegidos de concorrência, os missaes da Impressão Régia, e suas estampas, alastraram-se pelo império lusitano.

Os registros da censura portuguesa evidenciam a observação do privilégio. Ao avaliarmos os registros de livros litúrgicos advindos da Holanda, muitos provavelmente flamengos, à espera de autorização para desembarcarem em Lisboa e Porto,<sup>23</sup> identificamos que o Missal Romano aportou em território português apenas uma vez, vindo de Dublin, e com a destinação expressa de ser para uso do próprio requerente, e não para venda.<sup>24</sup> Dentre os livros que receberam autorização da Censura Portuguesa para serem remetidos ao Brasil,

---

<sup>20</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 179, maço 1769, processo de 24/4/1769.

<sup>21</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 180, maço: Missal Romano – Privilégio de impressão 25/08/1775.

<sup>22</sup> AIN-CM. Registro de decretos, avisos e ordens, Lv. 498, fls. 43 f.v.

<sup>23</sup> IANTT – Real Mesa Censória, MF 4938, Docs. 20/6/1776; 4/11/1769; 7/1/1771; 19/01/1805; 24/11/1801; 2/4/1805; 26/06/1805.

<sup>24</sup> IANTT – Real Mesa Censória, MF 4938, Doc. 20/06/1776.

é significativa a presença não só dos “Missais de Lisboa”, mas também de “Breviários de Lisboa”,<sup>25</sup> “Horas Marianas” e outros títulos.<sup>26</sup>

O desenvolvimento tipográfico lusitano torna-se evidente, também, ao analisarmos os processos de confecção dos missais portugueses e suas gravuras, bem como os gastos neles envolvidos.

Foram encontradas referências a três edições do Missal Romano sob privilégio de Francisco Gonçalves Marques. A primeira, orgulhosamente chamada por Marques de “primeiro missal impresso em Portugal”<sup>27</sup>, teria sido editada em 1760. Sobre esse livro consta, nos documentos contábeis da tipografia de Miguel Menescal da Costa, o registro da licença da censura para que fosse impresso.<sup>28</sup> Existe um exemplar da segunda tiragem do Missal Romano, com data de 1764, no acervo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, de Ouro Preto, também impresso pela tipografia de Miguel Menescal da Costa. Ele teria recebido licença para rodar em 1765, no dia 26 de março.<sup>29</sup> Compreende-se, assim, por que a data do frontispício do livro, que indica o ano de sua publicação, é anterior à autorização recebida da censura. Cabia à tipografia enviar um exemplar completo de qualquer edição para o exame dos órgãos censórios, inclusive com a sua folha de rosto. Era comum a mesa demorar no exame do livro e, quando finalmente autorizava sua publicação, a data impressa na folha de rosto já tinha sido ultrapassada. O frontispício ainda indica, na barra inferior da página, os termos do privilégio – “Com Privilegio Real por especial Decreto de Sua Magestade. À custa de Francisco Gonçalves Marques, e filho, Mercadores de livros. Vende-se na sua loge da Rua Nova de ElRei.” – e a peculiaridade de ofertar missas próprias do Reino, “in Regno Portugaiae celebrantur”<sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> AIN – CM. Alvará de sua Mag.de sobre a Impressão do Breviário Romano. Lv. 498. Fls 35v, 36 f.

<sup>26</sup> IANTT. Real Mesa Censória. CX . 151, Cx. 163, MF. 1374, MF 1439.

<sup>27</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx 179, Maço 1768 – Missal Romano com as missas novas. Traslado do requerimento de Francisco Gonçalves Marques.

<sup>28</sup> AIN-CM. Oficina de Miguel Menescal da Costa, Lv. 95, fls. 1. Francisco Gonçalves Marques não era tipógrafo, fazendo-se necessário recorrer às atividades oficinais da casa de Menescal da Costa.

<sup>29</sup> AIN-CM. Oficina de Miguel Menescal da Costa, Lv. 95, fls. 7.

<sup>30</sup> *MISSALE ROMANUM*. Ulisyponne: Michaellem Menescal da Costa, MDCCLXIV. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias. Volume 437, Rolo 69. Outro exemplar dessa edição do missal foi encontrado no arquivo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Sabará. Ele não está inventariado ou catalogado.

O livro foi ilustrado por Januário Antônio Xavier, gravador português, e conta com quatro gravuras: a vinheta da folha de rosto, Anunciação, Crucificação e Ressurreição. São imitações de gravuras que ilustram várias edições dos missais da Tipografia Plantiniana.<sup>31</sup> Mesmo antagonizando-se com os livros da casa de Plantin ao buscar ocupar seu espaço no mercado de missais, a edição de Gonçalves Marques não conseguiu emancipar-se da referência flamenga nas ilustrações. O gravador lusitano optou por inserir as cenas sagradas em molduras ornamentais. A qualidade das imagens portuguesas é inferior à de suas matrizes flamengas.

---

<sup>31</sup> *MISSALE ROMANUM*. Antuerpiae: Officina Plantiniana Balthazaris Moreti, MDCL. Acervo do Museu Plantin-Moretus, Antuérpia – A1505. *MISSALE ROMANUM*. Antuerpiae: Architypographia Plantiniana, 1721. Arquivo Paroquial de São João del-Rei. E. 1, P. 26, L. 71.



**Fig. 1** - Crucificação. Gravura. Fonte: MISSALE ROMANUM. Antuerpiae: Officina Plantiniana Balthasaria Moreti, 1650. Acervo do Museu Plantin-Moretus, Antuérpia. Foto: Camila Santiago



**Fig. 2** - Crucificação. Gravura. Fonte: *MISSALE ROMANUM*. Ulisyponne: Michael Menescal da Costa, 1764. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias. Foto: Maria José Ferro.

A terceira edição do missal sob o privilégio de Gonçalves Marques foi notificada no segundo livro de Registro de Obras da Impressão Régia, no qual eram arroladas as encomendas recebidas pela tipografia real e seu respectivo orçamento, na folha da esquerda, e o recebimento pela empreitada, na da direita. A tiragem foi de 2.103 exemplares, sendo “1981 dos pequenos, e 122 dos ma.res”. O valor total do empreendimento foi de 1:553\$500.<sup>32</sup> Gonçalves Marques enviou um livro para a censura avaliar, como era necessário, para obtenção da licença para rodar. O volume apresenta as anotações dos censores corrigindo o texto original, revelando um trabalho minucioso de verificação dos livros religiosos.

---

<sup>32</sup> AIN-CM. Registro de obras, Lv. 24, fls. 8.

Avaliava-se desde a adequação das orações propostas para serem entoadas em cada celebração do calendário litúrgico até pequenas falhas, como má colocação de vírgulas e erros na ordenação dos caracteres tipográficos.<sup>33</sup>

Tanto zelo na avaliação do livro explica a demora na emissão do parecer final, manuscrito na última folha do livro: “Imprima-se e volte a conferir: Meza 5 de Junho de 1780”<sup>34</sup>. Essa seria a primeira edição do Missal Romano que contou com o habilidoso buril da escola de Joaquim Carneiro da Silva. Além da vinheta da folha de rosto, a mesma da edição anteriormente analisada, os mesmos três momentos das Sagradas Escrituras estão ilustrados – Anunciação, Crucificação e Ressurreição. São, entretanto, obras já sob os auspícios da primeira escola de gravura do Reino Português, anexa à Real Tipografia. Com exceção da Crucificação, as outras estampas se fariam presentes em todas as edições do Missal Romano trazidas à luz pela Real Tipografia. As subscrições não se repetiriam nas tiragens vindouras. São, respectivamente: *J. C. Silva direxit; J.C.Silva Sculp e Elent. Em. Barros Sculp. OLisp. In Typ. Reg. Na 1775.*<sup>35</sup> Essa edição do missal foi a última sob o privilégio concedido a Gonçalves Marques. Por ter sido impresso na Régia Tipografia, afastou-se dos modelos gravados que ilustravam os missais flamengos, evidentes na edição anterior. Outras referências artísticas orientavam os buris de Carneiro da Silva e seus alunos, influenciados pelas tendências classicistas italianas.

As edições do Missal Romano sob privilégio da Tipografia Régia, seus custos e a gradativa implementação de sua ornamentação podem ser apreendidos a partir dos livros de Registros de Obras. Foram encontradas, em arquivos e bibliotecas mineiros, algumas edições que não estão citadas nesses livros contábeis,<sup>36</sup> aspecto também notado, em relação a outros títulos, por Fernanda Campos e Margarida Ortigão.<sup>37</sup> Não sabemos ao certo como explicar tal ausência de registros. Talvez as edições não contabilizadas fossem produzidas com sobras

---

<sup>33</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 424, p. XXXV, p. 489.

<sup>34</sup> IANTT – Real Mesa Censória, Cx. 424, p. s.n.

<sup>35</sup> Subscrições são referências situadas no vinco das estampas que indicam, com verbos em latim, os responsáveis por sua realização: *direxit* (dirigiu), *pinxit* (pintou - termo geralmente usado para indicar o pintor da imagem original, em caso de gravura de tradução), *Sculp.* (esculpiu).

<sup>36</sup> As seguintes edições encontradas não foram registradas nos Registros de Obras: 1781, 1784, 1789, 1797, 1821.

<sup>37</sup> CAMPOS, Fernanda Maria, LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Percursos do poder e do saber nos finais do século XVIII: o papel da Imprensa Régia e da Casa Literária do Arco do Cego. In: *Anais – Série História. Actas do Colóquio “A Casa Literária do Arco do Cego”*. Lisboa, vol. VII/VIII, 2001, p. 120-121.

de edições anteriores, fazendo-se necessária a reimpressão apenas da folha de rosto, com data atualizada.

Nos Registros de Obras, os gastos envolvidos com as várias fases da tiragem dos missais são apresentados. Foram registradas as edições de 1782, 1786, 1790, 1793, 1798 e 1818. Os gastos com abertura, impressão e retoque das matrizes das estampas podem ser devidamente acompanhados. Em 1782, a tiragem de 2.000 exemplares do Missal Romano custou 3:324\$710. O registro informa que Joaquim Carneiro da Silva abriu a vinheta da folha de rosto gratuitamente, mas onerou os cofres da tipografia em 96\$000 pela gravação das estampas da Crucificação e Ressurreição. Aos discípulos de Carneiro da Silva foi pago o mesmo valor pela abertura de três gravuras, referentes às passagens da Natividade, Anunciação e “vinda do Esp.o S.to”. A gravura da Natividade, aberta por Gaspar Froes Machado, custou 38\$400, enquanto as outras duas, 28\$800 cada uma. A Anunciação está assinada por Nicolau José Cordeiro, ao passo que a alusiva ao Espírito Santo, Pentecostes, não tem subscrição. Nota-se que as placas buriladas por Carneiro da Silva eram mais caras do que as de seus alunos. A passagem das matrizes calcográficas pelo tórculo, a estampagem, era trabalho bem menos dispendioso. A impressão da vinheta da folha de rosto custou 16\$800, e das cinco outras matrizes, somadas, 105\$000. Se dividirmos esses valores pelo valor relativo a cada passagem da prancha no tórculo, seis réis no caso da vinheta e 10 réis para as gravuras maiores, percebe-se que se imprimiram mais estampas do que missais: 2.800 vinhetas de folha de rosto e 2.100 das demais. O descompasso pode ser facilmente explicado se considerarmos que o excedente de gravuras poderia ter sido destinado à venda avulsa, como registo de santo. O valor final envolvido com a ilustração foi de 313\$800, 9,4% do dispêndio total da edição.<sup>38</sup>

Em 1786, investimentos foram feitos na publicação de uma nova edição do Missal Romano: 3:365\$760 para 2.000 exemplares. O montante destinado à ilustração perfaz 186\$600, ou seja, 5,5%, porcentagem consideravelmente inferior àquela referente aos mesmos gastos realizados em 1782. A análise qualitativa do documento aclara o motivo dessa constatação. A estampagem das matrizes requereu 138\$600. Economia foi feita na abertura de novas placas, pois foi aberta, por Carneiro da Silva, apenas uma matriz, representativa da “Festa do Corpo de Deus”, com a iconografia da Última Ceia, cujo preço foi 48\$000.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> AIN-CM. Registro de obras, Lv. 25, fls. 184.

<sup>39</sup> AIN-CM. Registro de obras, Lv. 26, fls. 57.

3:304\$650 foram investidos, em 1790, na tiragem de 2.000 exemplares do Missal. A estampagem das mesmas placas custou o mesmo valor gasto na edição anterior: 138\$600. O restante do envolvido com a ilustração dos livros – 215\$400 – destinou-se aos retoques de quatro chapas, 19\$200 cada uma, totalizando 76\$800. Cabia aos gravadores retocar as chapas de cobre, reforçando os sulcos anteriormente abertos pelo buril e desgastados por sucessivas impressões. Daí o considerável montante destinado a tal serviço. Embora, é claro, seja bastante inferior ao relativo à abertura das matrizes. 6,5 % dos investimentos com essa edição do Missal destinaram-se à sua ilustração.<sup>40</sup>

As duas edições seguintes, dos anos de 1793 e 1798, cada uma com 2.500 exemplares, não demandaram abertura de novas placas e nem o retoque das antigas. O valor gasto com a ilustração, 173\$300, idêntico nos dois anos, restringiu-se à estampagem, perfazendo 4,1% do total investido na primeira dessas edições e 3,8% do valor da segunda.<sup>41</sup>

Em 1818, aumentou significativamente o valor da tiragem de 2.500 missais: 6:358\$970. Subiu, também, a proporção do que recaía sobre a ilustração, 9,5%, cifra que pode ser explicada, em parte, por terem dobrado os custos de estampagem de cada gravura de página inteira: se antes eram 10 réis, em 1818 passaram para 20 réis. O documento refere-se a oito chapas, duas a mais do que nas edições anteriores. Assim, como consta no registro, a tiragem de “... 20600 estampas das 8 chapas do d.o a 20 r – 41\$200”<sup>42</sup>. Com retoques das chapas foram gastos 173\$600. Não há informações sobre quais ou quantas placas foram retocadas. Com a estampagem da vinheta foram dispendidos 15\$450.<sup>43</sup> As tabelas a seguir facilitam a compreensão desses números. A primeira especifica o destino dos valores empregados na ilustração dos livros e a segunda proporciona o que foi consumido com a ilustração em relação ao total investido em cada edição do Missal Romano.

#### TABELA 8

#### Gastos com ilustração<sup>44</sup>

<sup>40</sup> AIN-CM. Registro de obras, Lv 26, fls. 209.

<sup>41</sup> AIN-CM. Registro de obras, Lv. 27, fls. 92 e Lv. 28, fls. 39.

<sup>42</sup> AIN-CM. Registro de obras, Lv. 33, fls. 71.

<sup>43</sup> AIN-CM. Registro de obras, Lv. 33, fls. 71.

<sup>44</sup> AIN-CM. Registros de obras, Lv. 23, Lv. 24, Lv. 25, Lv. 26, Lv. 27, Lv. 28, Lv. 29, Lv. 30, Lv. 31, Lv. 32, Lv. 33.

	Abertura de chapas	Estampagem	Retoque de chapas
1782	192\$000	121\$800	0
1786	48\$000	138\$600	0
1790	0	138\$600	76\$800
1793	0	173\$300	0
1798	0	173\$300	0
1818	0	427\$450	173\$600

TABELA 9

Relação entre o valor total da edição e o despendido com a ilustração dos volumes<sup>45</sup>

	Custo total da edição	Custo destinado à ilustração dos volumes	Relação entre os custos da ilustração e do total da edição
1782	3:324\$710	313\$800	9,4 %
1786	3:365\$760	186\$600	5,5%
1790	3:304\$650	215\$400	6,5%
1793	4:168\$600	173\$300	4,1%
1798	4:529\$156	173\$300	3,8%
1818	6:358\$970	601\$050	9,4%

Em todos os registros de gastos analisados, verifica-se a encadernação de alguns exemplares para que fossem remetidos aos órgãos censores para avaliação e consequente licença para impressão.

<sup>45</sup> AIN-CM. Registros de obras, Lv. 23, Lv. 24, Lv. 25, Lv. 26, Lv. 27, Lv. 28, Lv. 29, Lv. 30, Lv. 31, Lv. 32, Lv. 33.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESDOBRAMENTOS DOS PRIVILÉGIOS DE IMPRESSÃO E PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO DOS MISSAIS NA PRODUÇÃO PICTÓRICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Os privilégios de impressão do Missal Romano, concedidos aos portugueses, e as restrições à importação de missais estrangeiros tiveram como natural consequência o predomínio, na capitania das Minas, desses livros no mercado de missais a partir da década de 1760. As pesquisas nos acervos de irmandades, ordens terceiras e na Biblioteca dos Bispos de Mariana revelaram que os missais impressos até a década de 50 do século XVIII originaram-se, quase que exclusivamente, de Antuérpia, da Tipografia Plantiniana. De Veneza e da casa de Miguel Menescal da Costa, editados por Francisco Gonçalves Marques, vieram missais trazidos ao lume nas décadas de 50 e 60 do século XVIII. Os missais editados após 1780, numerosos nos acervos, procederam da Impressão Régia, e suas gravuras foram os modelos preferidos pelos pintores atuantes a partir da década de 1780.<sup>46</sup>

Esse predomínio dos missais portugueses alterou o universo de insinuações artísticas europeias, via missais, disponíveis em Minas Gerais. A maioria dos missais da Tipografia de Plantin, encontrados nos acervos mineiros, veicula imagens em que as cenas principais conectam-se com os fundos em acentuadas diagonais, promovendo antes continuidades do que rupturas entre figuras e fundos. As gravuras são escuras e permeadas de complexos arquiteturais ou cenas secundárias, sobrecarregando as estampas.<sup>47</sup> As estampas dos missais impressos pela Régia Oficina Tipográfica distinguem-se das flamengas por apresentarem traços classicizantes de origem, sobretudo, italiana.<sup>48</sup> Apresentam maior separação entre as

---

<sup>46</sup> Foram compulsados os seguintes acervos e arquivos: Biblioteca dos Bispos – Mariana, Museu de Arte e História da Cidade de Nova Era – Nova Era, Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias – Casa dos Contos, Ouro Preto, Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Pila do Ouro Preto – Casa dos Contos, Ouro Preto, Arquivo da Ordem Terceira do Carmo de Sabará, Arquivo da Paróquia de Santo Antônio de Tiradentes, Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei.

<sup>47</sup> Foram analisados 21 exemplares de missais da Tipografia de Plantin nos acervos mineiros. Percebe-se que a casa tinha várias matrizes para cada uma das passagens religiosas que recebiam ilustrações. Não é possível, portanto, delinear uma identidade estilística completa entre todas as gravuras. Os livros que apresentam gravuras que melhor representam as considerações formais apontadas, que perpassam, também, outras edições da casa, são os seguintes: Casa dos Contos, Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, rl. 187 e 188, vol. 2314; rl. 75 e 76, vol. 82; Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, E. 1, cx. 20, l. 65; E. 1, cx. 25, l. 70. Biblioteca dos Bispos, Museu da Música, E. 1, p. 2, 035.

<sup>48</sup> Joaquim Carneiro da Silva estudou em Roma, na escola de Ludovico Sterni.

cenar e os fundos, menos conturbados e preenchidos. Os efeitos criados pela representação da iluminação e do movimento são mais suaves. As composições são fechadas. A inserção de traços do classicismo italiano na pintura portuguesa processou-se ao longo do século XVIII e contou com o mecenato de D. João V na importação de obras e modelos, muitos destinados à decoração do convento de Mafra.<sup>49</sup> As gravuras do Missal Romano editado pela Impressão Régia ecoam essas referências e promovem sua penetração na capitania das Minas.



**Fig. 3** - Natividade. *Missale Romanum*. Antuerpiae. Typographia Plantiniana, 1724. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei. Foto: Camila Santiago

As gravuras que representam a Ressurreição de Cristo e a Natividade, presentes nas várias edições do missal lisboeta, elucidam bem esse trânsito de influências. Foram abertas, respectivamente, por Joaquim Carneiro da Silva e Gaspar Froes. São gravuras de tradução, ou seja, imitam pinturas, buscando conservar suas qualidades pictóricas mediante as técnicas

---

<sup>49</sup> SALDANHA, Nuno. A pintura em Portugal ao tempo de D. João V. In: BARROS, Ana Mafalda Távora de Magalhães (Orgs.) *Joanni V Magnifico. A pintura em Portugal ao tempo de D. João V*. Lisboa: IPPAR, 1994.

gráficas.<sup>50</sup> A Ressurreição é cópia de uma pintura do francês Carle van Loo (1705-1765) e a Natividade é a gravação da pintura Adoração dos Pastores, do italiano Sebastiano Conca (1680-1764). Ambas apresentam inclinação classicizante.

A Ressurreição de Joaquim Carneiro da Silva foi o modelo de, pelo menos, três pinturas mineiras: um painel, atualmente na sacristia da capela de Santo Amaro, em Brumal, distrito de Santa Bárbara; a pintura do forro da capela-mor da matriz de São José da Lagoa, em Nova Era e a pintura do forro da nave da igreja de Santana, em Santana dos Montes.<sup>51</sup>

A estampa da Natividade foi modelo das seguintes pinturas: um dos painéis do forro em caixotões da igreja de São José, em Itapanhoacanga; painel disposto na nave da capela da Santíssima Trindade, em Tiradentes; pintura na igreja do Bom Jesus do Matozinhos, no Serro; painel na capela da Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale.<sup>52</sup>

Objetivamos compreender um pouco mais sobre a importância dos missais portugueses para a pintura colonial mineira do final do século XVIII e início do XIX, ponderando que a ampla circulação desses livros nos territórios portugueses e sua utilização como fontes de modelos artísticos se deveram à ação direta da política de reserva de mercado operada pela Coroa. Em decorrência, percebemos alterações nas referências estéticas que aportavam nas Gerais, via missais, e serviam de matrizes para os pintores que ali atuavam. É preciso considerar, entretanto, que as estampas dos missais flamengos continuavam no horizonte de possibilidades modelares para os pintores mineiros, ao lado de gravuras de outras procedências, sendo, entretanto, muitas vezes preteridas.

---

<sup>50</sup> Não podemos afirmar se as estampas foram abertas a partir dos originais pictóricos ou de precursoras gravuras de tradução. Sobre o papel da gravura de tradução no barroco cf. ARGAN, Giulio Carlo. O valor crítico da “gravura de tradução”. In: \_\_\_\_\_. *Imagem e Persuasão*. São Paulo: Cia das letras, 2004.

<sup>51</sup> SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. Traços europeus, cores mineiras: três pinturas coloniais inspiradas em uma gravura de Joaquim Carneiro da Silva. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.) *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica*. Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008. A pintura de Nova Era também foi trabalhada por Alex Boher e a de Santana dos Montes foi identificada por Hanna Levy. BOHER, Alex. Um repertório em reinvenção. Apropriação e uso de fontes iconográficas na pintura colonial mineira. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 19, 2001-2004. p. 305. LEVY, Hanna. Modelos Europeus na pintura colonial. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 8, 1944. p. 60.

<sup>52</sup> A pintura do Serro foi identificada por Luiz Jardim, a de Itapanhoacanga por Hanna Levy e a da capela da Fazenda Boa Esperança foi trabalhada por Alex Boher e Pedro Queiroz. BOHER, Alex. Um repertório em reinvenção. Apropriação e uso de fontes iconográficas na pintura colonial mineira. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 19, 2001-2004. p. 304. LEITE, Pedro Queiroz. O missal da Regia Officina Typographica e seu legado na pintura Rococó mineira: uma refutação à influência de Bartolozzi. In: *Atas do VII encontro de História da Arte da UNICAMP*. Campinas. 2011. p. 405. JARDIM, Luiz. A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 3, 1939. p. 68. LEVY, Hanna. Modelos Europeus na pintura colonial. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 8, 1944. p. 54.



**Fig. 4 -** Adoração dos Pastores. Sebastiano Conca. J. Paul Getty Museum, Los Angeles, CA, EUA.



**Fig. 5 -** Autor: Gaspar Froes Machado. Natividade. MISSALE ROMANUM. Olisipone: Typografia Regia, 1793. Acervo da Biblioteca da Imprensa Nacional - Casa da Moeda de Lisboa. Foto: Camila Santiago.



**Fig. 6 -** Autor: Manoel Antonio da Fonseca. Natividade. Igreja de São José, Itapanhoacanga. Foto: Camila Santiago.